



Governo simplifica admissão de trabalhadores

As empresas vão passar a poder comunicar a admissão de trabalhadores à Segurança Social “nos 15 dias anteriores ao início da produção de efeitos do contrato de trabalho”, quando até aqui tinham de o fazer nas 24 horas anteriores ao início da produção de efeitos do contrato de trabalho.

A alteração está prevista na proposta de lei de Orçamento do Estado para 2023, que altera um dos artigos do Código Tributativo. Não é alterada a possibilidade de comunicação nas 24 horas seguintes sempre que o prazo não possa ter sido cumprido por razões ligadas à “celebração de contratos de trabalho de muito curta duração” ou ao trabalho por turnos.

A advogada Sara Milheiro Tavares, da SRS, relaciona a alteração com as mudanças que entram em vigor na primavera, quando a Segurança Social passou a exigir mais informação sobre os trabalhadores.

Segundo foi explicado na altura por dirigentes da Segurança Social, as empresas passaram a ter de enviar informação mais completa sobre o regime de trabalho das pessoas admitidas – presencial ou em teletrabalho – sobre a remuneração base, as horas de trabalho, a profissão, ou sobre o motivo dos contratos a termo, entre outras informações.

No caso dos contratos a termo, passou a ser necessário escolher um dos motivos justificativos previstos na lei geral, como “atividade sazonal”, “acréscimo de atividade” ou outro.

No caso de todos os restantes trabalhadores, mais antigos, a informação detalhada terá de ser comunicada à Segurança Social até ao final do ano. As alterações produziram-se através de uma nova versão do serviço de comunicação na Segurança Social direta.

O Governo tem dito que gostaria nos próximos anos de eliminar as declarações de remunerações, exceto quando alguma das características se altere. ■ CAP

Costa afasta “recessão” dos outros” em Portugal

Primeiro-ministro defende que a “prudência orçamental” do OE 2023 dá margem ao Governo para responder a riscos e “manter o pé” mesmo com crise na Zona Euro.

O primeiro-ministro, António Costa, foi esta terça-feira defensor, na Assembleia da República, a proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano (OE 2023), classificando-a como “equilibrada”, apesar de muitos lhe criticarem o “otimismo” ou, por outro lado, a “prudência”. O líder do Executivo argumenta que o OE 2023 mantém a “prudência orçamental” que o Governo reclama desde 2015 e que é graças a isso que Portugal irá sobreviver à “recessão dos outros”, com um crescimento acima da média europeia.

“Nunca demos um passo maior do que a perna, porque temos de saber que cada passo que damos tem de ser sustentado para nos mantermos em pé e podermos responder às emergências e surpresas que possam ter”, começou por referir António Costa aos deputados do PS, com o ministro das Finanças, Fernando Medina, a ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, e o líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias, a acompanharem o discurso.

Para o primeiro-ministro, tal como o excedente orçamental em 2019 foi essencial para dar uma resposta mais robusta à pandemia, também agora as “contas certas” permitiram um conjunto de apoios às famílias e às empresas para fazer face à inflação, acentuada pela guerra na Ucrânia. Para prevenir “surpresas”, Costa insiste que essa prudência deve manter-se, embora esteja disposto a ouvir as propostas de alteração dos partidos.

“[É preciso investir na prudência orçamental] para que o país não seja arrastado pela recessão dos outros e consiga manter a trajetória que temos



Costa apresentou OE 2023 ao grupo parlamentar do PS, na AR.

tido de crescimento acima da média europeia”, referiu.

A previsão do Governo, inscrita no OE 2023, é de que o PIB cresça 1,3% no próximo ano, apesar de grande parte das instituições económicas terem vindo a alertar para o risco de uma recessão global. É o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI) que prevê, “cerca de um terço da economia mundial tenha, pelo menos, dois trimestres consecutivos de crescimento negativo este ano ou no próximo ano”. No caso de Portugal, o FMI não prevê uma contração da economia, mas é mais pessimista do que o Governo ao antecipar um crescimento de apenas 0,7% em 2023, apenas mais 0,2 pontos percentuais do que a Zona Euro.

Mas Costa não se deixa abalar pelas previsões pouco otimistas. “Não conheço desde o primeiro dia da minha governação tempos que não tenham sido exigentes. Quanto maiores forem as dificuldades, maior a nossa vontade de as superar”, afirmou. ■

JOANA ALMEIDA

“

O acordo será obrigatoriamente objeto de avaliação regular e adequado reajustamento “anualmente, aquando da apresentação parlamentar do Orçamento do Estado”.

ACORDO DE MÉDIO PRAZO DE MELHORIA DOS RENDIMENTOS, SALÁRIOS E COMPETITIVIDADE

”

do Trabalho (FCT). Está também previsto que a execução das medidas do acordo seja avaliada regularmente em grupo de trabalho. “O acordo não foi assinado por ninguém com reserva mental”, disse ainda Fernando Medina.

Dada a incerteza sobre a evolução da economia, dos juros e da inflação não será de afastar a possibilidade de revisões regulares, ou a eventual introdução de novas medidas negociadas com os parceiros sociais, daqui a um ano, antes da apresentação do Orçamento para 2024. ■ Com SP

“

[É preciso investir na prudência orçamental] para que o país não seja arrastado pela recessão dos outros e consiga manter a trajetória que temos tido de crescimento acima da média europeia.

Nunca demos um passo maior do que a perna, porque cada passo tem de ser sustentado para nos mantermos em pé.

ANTÓNIO COSTA
Primeiro-ministro

”

negócios

negócios.pt



LUÍS URMAL CARRASQUEIRA
 “O caminho da sustentabilidade é essencialmente tecnológico”

SUSTENTABILIDADE 20 a 23

Quarta-feira, 12 de outubro de 2022 | Diário | Ano XVIII | N.º 4846 | € 2.80
 Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Publicidade

ORÇAMENTO DO ESTADO 2023

Governo reduz tarifas de acesso para travar preços da energia

Nova tributação deixa criptoativos mais atrativos do que as ações.

Medina aumenta as cativações para 2023, colocando-as no valor mais alto desde 2015.

Acordo de médio prazo na Concertação Social pode mudar todos os anos.

FMI mais pessimista avisa que 2023 vai ser como uma recessão.

Conheça as novas linhas com que se cose o IRS

PRIMEIRA LINHA 4 a 16



António Pedro Santos/Lusa

Comissões e taxas dos fundos chegam a 3,6%

MERCADOS 24 e 25

BASF
 We create chemistry

Automóveis

Stellantis quer negócio verde a contribuir com 2 mil milhões

EMPRESAS 18 e 19

Aviação

Aumento de capital é mais um passo para vender a TAP

HOME PAGE 2

Publicidade

idealista

A app imobiliária líder em Portugal